

ARTIGO

A invisibilidade da população em situação de rua como beneficiária de Restaurantes Populares: uma revisão integrativa da literatura nacional

The invisibility of the homeless population as beneficiaries of Community Restaurants: an integrative review of national literature

Mariana Tarricone Garcia¹, Roberta Maria Miranda Ribeiro^{II}

Resumo

O objetivo deste estudo foi sistematizar a produção científica referente à caracterização do perfil dos usuários de restaurantes populares (RP), no intuito de verificar a visibilidade da população em situação de rua (PSR) como beneficiários. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura desenvolvida a partir da seleção sistemática de estudos que apresentaram a caracterização de usuários dos RP no Brasil, publicados até fevereiro de 2024. Foram consultadas as bases e repositórios científicos Scielo e PubMed Central, periódicos específicos cujo escopo era de interesse ao objeto da pesquisa e consulta à lista de referências de artigos selecionados. Foram localizadas 80 publicações e, após exclusão dos estudos que não atendiam aos critérios de inclusão, cinco estudos permaneceram na seleção. A PSR foi reconhecida entre os usuários entrevistados, mas não como uma categoria específica de situação de moradia. Houve menção a ações intersectoriais nos RP, no sentido de aumentar o acesso das pessoas em situação de maior risco à vulnerabilidade social. Foi constatada a existência de lacunas na literatura referente a identificação de usuários de RP em situação de rua, evidenciando a sua invisibilidade como beneficiária de uma política pública que tem pessoas em vulnerabilidade social como público-alvo.

Palavras-chave: Pessoas em Situação de Rua; Segurança Alimentar e Nutricional; Política Pública.

Abstract

This study aimed to systematize the scientific production regarding the characterization of the profile of community restaurants (CR) users to verify the visibility of the homeless population (HP) as beneficiaries. This integrative literature review was conducted from the systematic selection of studies presenting information about CR users in Brazil, published until February 2024. We consulted the scientific databases and repositories Scielo and PubMed Central, specific journals whose scope was of interest to the research object, and the reference list of selected articles. We located 80 publications, and after excluding studies that did not meet the inclusion criteria, five studies remained in the selection. HP was recognized among the users interviewed, but not as a specific category of housing situation. Some intersectoral actions were mentioned as being implemented in CR to improve access for individuals at higher risk of social vulnerability. We found gaps in the literature regarding identifying CR users living on the streets that highlight the invisibility of this population as beneficiaries of a public policy aimed at supporting people in social vulnerability.

Keywords: Homeless Persons; Food Security; Public Policy.

¹ Mariana Tarricone Garcia (mariana.garcia@isaude.sp.gov.br) é nutricionista, doutora em Saúde Pública, pesquisadora científica III do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES/SP).

^{II} Roberta Maria Miranda Ribeiro (robmiranda@yahoo.com.br) é nutricionista, doutora em Ciências, docente do curso de Nutrição da Faculdade Estácio, campus de Santo André (SP).

Introdução

De acordo com dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal, a população em situação de rua (PSR) tem aumentado significativamente no Brasil¹. Além disso, as condições de vida da PSR agravaram-se no contexto da pandemia de covid-19. Entre 2019 e 2022, o Brasil apresentou aumento de 38% no número de PSR, e entre 2018 e julho de 2023 e o número de cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) quase dobrou¹.

A PSR tem seus direitos constantemente violados, entre eles o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)², enfrentando muitos obstáculos para conseguir se alimentar, o que representa uma complexidade a mais na vida dessa população³. Segundo a Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua da cidade de São Paulo, realizada em 2019, que identificou 24.344 pessoas nesta situação, 18,2% dos entrevistados referiram que os Restaurantes Populares (RP) estavam entre as estratégias de acesso a alimentos, juntamente com serviços da Prefeitura, doações e distribuição de comida nas ruas⁴.

Os RP integram a estrutura operacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SI-SAN) e compõem o conjunto de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (EPSAN). Têm por objetivo ampliar a oferta de refeições nutricionalmente adequadas, a preços acessíveis à população de baixa renda, vulnerabilizados socialmente e em situação de insegurança alimentar e nutricional (ISAN); além de promover a alimentação adequada e saudável e a valorização dos hábitos alimentares regionais. São direcionados a municípios com mais de 100 mil habitantes que apresentem elevado número de pessoas em situação de miséria ou pobreza e possuem acesso universal, ou seja, qualquer cidadão pode ser beneficiário do equipamento público.

Contudo, a prioridade são os grupos populacionais específicos em situação de ISAN e/ou vulnerabilidade social⁵. Segundo o Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN), nos 1.873 municípios respondentes, foi identificado um

total de 248 RPs, e o valor médio cobrado foi de R\$ 1,95 por uma refeição no horário do almoço⁶.

Devido ao princípio do atendimento universal, recomenda-se a implementação de uma política de precificação diferenciada, levando em consideração a condição socioeconômica e o perfil do usuário. A gestão do serviço público deve estar integrada com outras iniciativas e instituições envolvidas na promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN), como o Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Bolsa Família, Centro Pop, entre outros. Os beneficiários desses programas sociais poderão isentar-se de pagamento ou contribuir com uma taxa simbólica pela refeição⁵.

É importante investigar se os RP estão alcançando o objetivo de atender à população que se encontra em vulnerabilidade social e nutricional, especialmente a PSR, que está no mais alto nível de vulnerabilidade. O objetivo deste estudo foi sistematizar a produção científica referente à caracterização do perfil dos usuários de RP, no intuito de verificar a visibilidade da PSR como beneficiários dessa política pública de SAN brasileira.

Metodologia

Este estudo consiste em uma revisão integrativa (RI) de literatura desenvolvida a partir da seleção sistemática de estudos que apresentaram a caracterização de usuários dos RP no Brasil, publicados até fevereiro de 2024. A RI desempenha o papel de consolidar e resumir os resultados de diversas pesquisas relacionadas a um tema específico, de forma metódica e organizada⁷. Seu propósito central é enriquecer a compreensão do tema em análise, promovendo uma avaliação crítica, a síntese cuidadosa das evidências disponíveis e a identificação de lacunas que orientem o desenvolvimento de investigações futuras, além de oferecer subsídios para embasar a tomada de decisões.

Ao contrário da revisão sistemática, a RI permite a inclusão de estudos com diferentes delineamentos, assegurando uma diversidade mais ampla de pesquisas, que resulta em uma ampliação tanto da extensão quanto da profundidade da revisão. Este método proporciona uma visão holística das informações

disponíveis e abre espaço para considerar perspectivas variadas, enriquecendo a análise e proporcionando insights valiosos para a área de interesse⁷.

Os levantamentos foram submetidos ao seguinte procedimento metodológico: 1) Escolha das fontes de referência para a realização das buscas; 2) Definição das estratégias de busca; 3) Realização das buscas; 4) Aplicação de filtros para a seleção; 5) Organização dos trabalhos coletados; 6) Leitura dos materiais; 7) Extração de informações relevantes para a análise/sistematização; 8) Organização e sumarização dos dados; 9) Elaboração da síntese e construção do texto.

As buscas por resultados de estudos que apresentavam dados dos usuários dos RP foram realizadas em três tipos de fontes: 1) bases e repositórios científicos: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed Central (U.S. National Institutes of Health's National Library of Medicine); 2) periódicos específicos não catalogados nas bases e repositórios citados anteriormente, mas cujo escopo era de interesse ao objeto da pesquisa e que têm publicado artigos na temática da revisão: Revista Demetra e Revista Segurança Alimentar e Nutricional; 3) Consulta à lista de referências de artigos selecionados.

As estratégias utilizadas para a busca foram:

- PubMed: (((popular restaurant[Title/Abstract]) OR (community restaurant[Title/Abstract])) OR (popular restaurants[Title/Abstract])) OR (community restaurants[Title/Abstract])) AND (brazil)
- SciELO: (ab:("restaurante popular")) OR (ab:("restaurantes populares")) OR (ab:("popular restaurant")) OR (ab:("community restaurant")) OR (ab:("popular restaurants")) OR (ab:("community restaurants"))
- Revista Demetra e Revista Segurança Alimentar e Nutricional: (restaurante popular) OR (restaurantes populares)

Na etapa de identificação foram encontradas 80 publicações, das quais 54 localizadas nas bases e repositórios científicos, 8 nos periódicos específicos e 18 na lista de referências de artigos de interesse. Após eliminação das duplicatas e das publicações inacessíveis, procedeu-se à pré-análise de 72 estudos,

que abrangeu a leitura de títulos e resumos das publicações. Foram excluídos 29 estudos, por não abordarem a caracterização ou descrição de usuários dos RP ou serem desenvolvidos fora do Brasil. Assim, permaneceram 43 estudos elegíveis para leitura na íntegra, sendo 21 de bases e repositórios científicos, 4 de revistas específicas e 18 da lista de referências de artigos de interesse. Desses, 38 foram excluídos por não apresentarem dados referentes a usuários de RP em situação de rua, perfazendo 5 estudos incluídos na revisão⁸⁻¹².

Resultados e discussão

Até onde sabemos, esta é a primeira RI que investiga a produção científica sobre o uso dos RP pela PSR. Entre os estudos incluídos, a PSR foi reconhecida entre os usuários, mas não como uma categoria específica entre as variáveis que caracterizavam a situação de moradia, destacando, assim, a ausência de estudos que se propuseram a observar a PSR especificamente.

Características gerais dos estudos

Os estudos incluídos foram publicados entre 2012⁸ e 2018¹¹, todos com delineamento transversal utilizando dados primários a partir de entrevistas com usuários dos RPs. Foram incluídos estudos realizados em três regiões brasileiras – Sul, Sudeste e Nordeste – porém, com concentração maior no estado de Minas Gerais, que apresentou três estudos⁸⁻¹⁰.

De modo geral, os estudos se propuseram a avaliar o perfil sociodemográfico dos usuários¹⁰, correlacionando-o à ISAN⁹ ou ao estado ou perfil nutricional^{8,11}. Somente um estudo propôs-se a identificar elementos relacionados ao DHAA¹². As amostras de usuários entrevistados variaram entre 244¹¹ e 1.656⁹. Os números de RPs avaliados por estudo foram um^{8,10,12}, dois¹¹ e cinco⁹.

O Quadro 1 apresenta os parâmetros relacionados ao perfil dos usuários dos RP, que se mostraram heterogêneos. Para a avaliação da situação de moradia,

os estudos não continham uma categoria específica para a situação de rua. Essa condição foi agrupada a outras, como residir em pensões, residências de outras pessoas sem custo e não ter residência fixa. Assim, o percentual de usuários nessas condições não refletiu precisamente os que se encontravam em situação de rua. Um aspecto relevante para a caracterização da vulnerabilidade social dos usuários dos RPs foi a mensuração da renda. Todos os estudos apresentaram essa informação, todavia, alguns avaliaram a renda individual^{10,12}, outro a renda familiar *per capita*⁹, ou renda familiar total¹¹ ou ainda utilizaram o Critério de Classificação Econômica Brasil^{8,9}. Os níveis de renda C, D e E variaram de 80,7%⁶ a 65,9%⁹ dos usuários. Foram identificadas prevalências de usuários sem ou com renda de até um salário mínimo (SM) de 49,9%¹² a 14,3%¹¹.

Já sobre a caracterização do nível de escolaridade, a maior parte dos estudos utilizou os graus de ensino (fundamental, médio, superior e pós-graduação)^{8-10,12}, com variações entre os recortes utilizados. Destaca-se que apenas um estudo incluiu a categoria “analfabeto”, e mensurou a escolaridade a partir dos anos de estudo¹¹. Em geral, a maior proporção foi de usuários com o ensino médio completo, que variou de 43,4%¹² a 48,1%⁹. Um estudo apresentou a prevalência conjunta de indivíduos que iniciaram ou concluíram o ensino médio, de 45,1%¹⁰, outro com 5 a 8 anos de estudo, representando 44,7%¹¹ dos entrevistados.

Com relação à inclusão de outras variáveis que caracterizam vulnerabilidade social, somente dois estudos o fizeram. A prevalência dos usuários que responderam que a presente situação satisfaz suas necessidades básicas muito precariamente, precariamente ou moderadamente variou entre 64,5%⁸ e 66,2%⁹. Com relação à presença de diversas carências, as mais citadas foram econômica, de saúde e de moradia^{8,9}, a prevalência de insegurança alimentar 27,7%⁹ e o recebimento de algum benefício social 9,1%⁹. Já sobre os resultados encontrados a respeito do percentual de usuários estarem em situação de rua, observa-se que a prevalência de usuários que

poderiam se encontrar nessa situação variou de 0,8%¹⁰ a 8,2%¹¹.

A situação de vulnerabilidade social dos usuários dos Restaurantes Populares

Um dos estudos revelou que, quando os usuários apresentavam duas ou mais carências relacionadas aos indicadores sociodemográficos e econômicos, houve maior possibilidade de estar em ISAN⁹. Ainda nesse contexto, a carência de moradia e alimentação foi relatada por 46,6% e 61,5%⁹ e 26,9% e 14,8%⁸, respectivamente. Mesmo não sendo possível afirmar que tais carências estão limitadas à PSR, o acesso à moradia adequada é um condicionante importante à ISAN, de maneira que ela foi mais elevada entre os usuários na categoria de moradia ‘outros’⁹.

Além da representação da PSR apontada no Quadro 1, o atendimento do programa abrangeu os usuários com renda maior do que a estabelecida como prioritária, composta de trabalhadores que recebem até 1 SM¹². Os usuários constituem um público diversificado, que encontrou no RP uma opção para se alimentar de forma adequada por um preço justo¹⁰, interpretado como um desdobramento relevante do programa e não como uma mudança de seu objetivo principal⁵, ressaltando a característica de acesso universal dos RPs.

A subutilização do RP pela PSR foi associada ao valor cobrado, ainda que baixo¹², e à recusa de frequentar determinados espaços pelo sentimento de vergonha ou constrangimento¹⁰. Um caminho interessante de solucionar a baixa adesão dessa população reside no cadastramento dos usuários integrantes da PSR para melhorar a focalização do Programa, favorecendo mais possibilidades de atendimento aos objetivos propostos¹². De acordo com o MapaSAN 2022, dos 188 RP válidos no território nacional, 22,3% praticam preços diferenciados para grupos sociais específicos, de modo que, destes, 87,5% contemplam a PSR, provavelmente visando proporcionar maior acessibilidade aos que se encontram em situações de vulnerabilidade⁶.

Quadro 1 – Parâmetros descritos a respeito do perfil dos usuários dos RP abordados pelos estudos incluídos na revisão.

Estudo	Avaliação da situação de moradia	Mensuração da renda	Avaliação da escolaridade	Identificação de outras vulnerabilidades	Principais resultados sobre PSR
Machado et al., 2012	Moradia: categoria “Outros” (declararam não possuir moradia e residir em pensões ou abrigos).	Critério de Classificação Econômica Brasil ²⁴ (CCEB)*	Fundamental incompleto Fundamental completo Médio completo Superior completo e mais	Satisfação das necessidades básicas (Muito precariamente/ Precariamente/ Moderadamente/ Bem/ Muito bem) Carências (Econômica/ Saúde/ Moradia/ Serviços ou programas de saúde/ Serviços ou programas sociais/ Rejeição/ Transporte/ Alimentação, Outros)	Moradia: categoria “Outros” 3,5% dos usuários. Não houve diferença entre o estado nutricional e os diferentes tipos de moradia. Categoria de moradia “Outros”: baixa prevalência de excesso de peso (25%)
Sobrinho et al., 2014	Moradia: categoria “Outros” (morando com parentes sem custo para o entrevistado; morando em residência cedida com custo para o entrevistado; abrigo; pensão; sem moradia; outros).	Renda per capita (em SM): renda familiar mensal dividida pelo número de pessoas dependentes dessa renda e depois dividida pelo valor do salário mínimo. Critério de Classificação Econômica Brasil ²⁵ (CCEB)*	Até Fundamental Médio Superior	Insegurança alimentar (EBIA) (Segurança alimentar/ Insegurança alimentar leve/ Moderada/ Grave) Receber algum benefício social Satisfação das necessidades básicas (Muito precariamente/ Precariamente/ Moderadamente/ Bem/ Muito bem) Carências (Econômica/ Saúde/ Moradia/ Serviços ou programas de saúde/ Serviços ou programas sociais/ Rejeição/ Transporte/ Alimentação, Vestuário/ Familiares/ Solidão/ Outros)	Moradia: categoria “Outros” 7,7% dos usuários. Prevalência de ISAN mais elevada ($p < 0,05$) entre os usuários na categoria de moradia “Outros”. Carência de moradia associada à ISAN ($p < 0,05$).
Araújo et al., 2015	Residência: categoria “Não possui residência” (não ter residência, morar em casas cedidas ou se tratar de pessoas que moram na rua).	Renda individual (em SM) ²⁶	Até a 4ª Ens. Fund. 5º ao 9º Ens. Fund. Ensino Médio Ensino Superior Pós-graduação	Não realizado	Residência: categoria “Não possui residência” 8,1% dos usuários.
Assunção et al., 2017	Moradia: categoria “Não tem residência fixa”.	Renda individual (em SM) ²⁶	Só apresentou o resultado do 1º ao 3º grau do ensino médio	Não realizado	Moradia: categoria “Não tem residência fixa” 0,8% dos usuários.
Minuzzi et al., 2018	Tipo de moradia: categoria “Outra forma”.	Renda familiar (em SM)	Analfabeto 1 a 4 anos de estudo 5 a 8 anos de estudo 9 a 11 anos de estudo	Não realizado	Tipo de moradia: categoria “Outra forma” 8,2% dos usuários.

Todavia, ainda que um dos trabalhos analisados tenha descrito que o município possuía 25% do total de usuários de seu RP de catadores de papel e PSR cadastrados pela Secretaria de Assistência Social para almoçar sem custo¹⁰, apenas 0,8% enquadraram-se em categoria “Não tem residência fixa”. A estereotipificação dos frequentadores como sendo de baixa renda tende a estigmatizar os pobres que utilizam esse programa, criando nas demais classes sociais uma visão negativa dessas políticas⁵, o que pode ferir seu caráter universal. Para a PSR, em especial, eles são, em sua maioria, tipificados como “sujos e vagabundos”, contribuindo para que se sintam humilhados e envergonhados, preferindo muitas vezes se isolarem¹³.

Assim, mesmo havendo o incentivo para que a PSR utilize os RP para realizar as suas refeições, essa medida não foi suficiente ou efetiva para os atender, sinalizando a necessidade de incluir estratégias complementares de acolhimento. A PSR obtém acesso à alimentação de diversas formas, entre elas RP, grupos voluntários, estabelecimentos comerciais e, por vezes, até recorrendo à busca de alimentos em lixeiras¹⁴.

Apesar da existência de uma política nacional específica para este grupo social, com medidas legais que visam assegurar os seus direitos, na prática, tais direitos raramente são garantidos¹⁴. Para promover a efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, a criação do Plano Ruas Visíveis inseriu a PSR como prioritária no Plano Brasil sem Fome¹⁵, estabelecendo um programa nacional de alimentação no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a implementação de Cozinhas Solidárias (CS).

Consideradas como locais de abastecimento e oferta de refeições que atendem pessoas e famílias em vulnerabilidade social e ISAN, as CS contribuem para a garantia do DHAA da PSR e fortalecem os laços sociais e comunitários¹. As CS que serão implantadas a partir do Ruas Visíveis serão estruturadas para atender as características e demandas específicas da PSR, com horários flexíveis, cardápios variados e atendimento humanizado¹.

Os dados do MapaSAN apontam que as 227 CS cadastradas, presentes em 8,8% dos municípios

brasileiros, ofereceram almoço para 208 pessoas por dia, em média. Em contrapartida, os 188 RP, presentes em 10,7% dos municípios, atenderam em média 1.117 pessoas por dia na mesma refeição⁶.

Desse modo, apesar dos RP estarem incluídos de maneira genérica no contexto dos Equipamentos Públicos e Sociais de SAN no Plano Ruas Visíveis e Brasil Sem Fome, estes possuem potencial, junto às CS, de atender uma parcela significativa da PSR. Ainda que adaptações sejam necessárias para os atender, suas estruturas já consolidadas possibilitam a oferta de refeições acessíveis, adequadas e saudáveis, considerando o modelo de acolhimento proposto.

As condições de vida da PSR escancaram uma realidade em que essas pessoas podem ter violados muitos de seus direitos sociais garantidos na Constituição Federal, como o direito à alimentação adequada, à moradia, emprego e assistência à saúde¹⁶.

Apenas um dos estudos incluídos nesta revisão debruçou-se a compreender a relação da oferta de refeições pelos RPs e o diálogo com o DHAA, trazendo a reflexão sobre a importância de sua compreensão para a sociedade, especialmente os usuários do Programa¹². A maioria dos respondentes, 64,72%, considerou o assistencialismo como principal motivo para a existência do programa, ou seja, um benefício, necessidade ou auxílio aos pobres ou às pessoas de baixa renda, enquanto 3,68% compreendia como dever do Estado proporcionar vias de acesso à alimentação adequada para a população que necessita de algum tipo de auxílio¹².

Os entrevistados de uma pesquisa com a PSR reconheceram a alimentação como um direito violado, relatando sentimentos de humilhação ao pedir comida e dor em sentir fome, o que revela a não efetivação do DHAA em suas duas dimensões: o direito de estar livre da fome e o direito à alimentação adequada¹⁴.

É importante enfatizar a emancipação social por meio do exercício de um direito, fortalecendo o controle social da ação dos cidadãos em detrimento da concepção de uma política como uma atitude voluntária e caridosa de quem a implementa¹². A oferta da alimentação adequada e saudável abrange ações de Educação

Alimentar e Nutricional (EAN) para garantir a dignidade ao ato de se alimentar, fortalecendo os princípios de cidadania dos grupos mais vulneráveis, incluindo os diferentes setores do governo e da sociedade e que contribua para a garantia do DHAA e da SAN.

Nesse contexto, os RPs podem ser compreendidos como espaços educativos para a promoção da EAN crítica e emancipatória, para a formação de cidadãos autônomos e conscientes dos seus direitos, além de promover um elo com outras políticas sociais¹⁷.

Ações Intersetoriais nos Restaurantes Populares

O Decreto nº 7.272/2010 estabelece o conceito intersetorial e ampliado de SAN e, considerando que a alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade do indivíduo e indispensável para a efetivação dos direitos constitucionais¹⁸, cabe ao poder público adotar as políticas e ações necessárias para promover e garantir SAN à população¹⁷.

Os RPs são equipamentos de alta complexidade, com o potencial de promover diversas atividades multifuncionais de desenvolvimento social, geração de emprego e renda, na perspectiva do SISOAN¹⁹, que, por sua vez, destina-se a aproximar a produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos, considerando também suas inter-relações²⁰.

A SAN propõe um sistema aberto, essencialmente intersetorial, com ações e metas pulverizadas em diferentes setores do governo²¹. Dessa forma, a perspectiva intersetorial dos RPs é requisito para que estes EPSAN atinjam toda sua potencialidade.

Apesar do reconhecimento de que a intersectorialidade entre as diversas políticas públicas ainda seja um desafio a ser superado, o enfrentamento do problema da fome e da pobreza só será possível com estratégias e ações multidimensionais e intersectoriais, que requerem articulação entre as políticas sociais, para ampliar a proteção social para as pessoas em situação de vulnerabilidade social²².

Em Juiz de Fora, 300 refeições do RP foram fornecidas a catadores de papel e PSR, cadastrados

pela Secretaria de Assistência Social (SAS), os quais almoçaram sem custo, sendo a sua alimentação subsidiada pela prefeitura¹⁰. A maior parte da PSR tinha o hábito de frequentar instituições assistenciais para buscar suprimentos para suas necessidades diárias e havia um esforço do poder público para identificar e coletar informações desses indivíduos, a fim de confirmar se realmente estavam utilizando as instituições assistenciais para essa finalidade.

Em Caxias do Sul, o RP servia 820 refeições por dia e cedia o local para o projeto Prato Solidário, que atendia de 60 a 70 pessoas em situação de rua cadastradas no Programa PopRua¹¹. Também eram oferecidos cursos profissionalizantes, palestras de EAN, atendimento de serviço social e conta com uma Biblioteca Comunitária. Os demais estudos analisados não apresentaram resultados relacionados à intersectorialidade, mas houve o reconhecimento da necessidade de aprimorar a integração dos RPs com outras políticas sociais, a fim de evitar a sobreposição de usuários sem haver sinergia nas ações¹².

Destacou-se também que o estabelecimento da relação com políticas estruturantes (programas de transferência de renda e acesso ao emprego) reforça a concepção de que as políticas emergenciais são para fins imediatos de assegurar os direitos, mas que ações sobre os determinantes da fome também devem ser empreendidas¹².

A proposta de um modelo de avaliação para os RP¹⁷ abrange indicadores a respeito de ações que caracterizam uma "assistência pública ampliada", como (i) parcerias que podem ser estabelecidas com os RPs, com destaque para a Secretaria de Assistência Social, por meio de orientação sobre programas sociais desenvolvidos pelo município; (ii) ações de desenvolvimento social e geração de emprego e renda; (iii) funcionalidade do RP como espaço polivalente para diversas atividades, contribuindo para o fortalecimento dos princípios de socialização e cidadania; (iv) parcerias entre diferentes níveis de governo e com outras entidades, como secretarias municipais, conselhos, universidades; e (v) divulgação das ações do RP, visando uma maior adesão da sociedade aos processos¹⁷.

Para aumentar o acesso das pessoas em situação de maior vulnerabilidade social aos RPs, é preciso debater sobre estratégias que busquem ativamente estes grupos, a localização dos RPs e sua articulação com a rede de proteção social do Estado²³.

Os RPs, enquanto equipamentos públicos de alta complexidade, devem desenvolver e associar estratégias de apoio e desenvolvimento social, como geração de emprego, acesso à educação e à saúde, fundamentais para redução das carências correlatas, além de fortalecer os princípios de cidadania, caracterizando-se como uma estrutura multifuncional integrante da Política Nacional de SAN, para, em última instância, minimizar a situação de ISAN das pessoas em situação de vulnerabilidade^{17,23}.

Limitações

Este estudo apresenta limitações, como a não utilização de um instrumento para análise da qualidade dos artigos, a não inclusão de outras bases de dados e de teses e dissertações. Entretanto, visando minimizar a limitação na busca, complementamos com as duas revistas que mais publicam na temática e que não estavam abrangidas nas bases de dados utilizadas, além de incluirmos outros trabalhos a partir da lista de referências dos artigos selecionados.

Conclusão

Esta revisão identificou a existência de lacunas na literatura referente aos estudos que identificam usuários de RP em situação de rua. Para conhecer e compreender com mais clareza o acesso da PSR aos RP, são necessários estudos com este enfoque específico e com amostras que contemplem diferentes estados, municípios e contextos. Constatamos a invisibilidade da PSR nos estudos sobre perfil de beneficiários de uma política pública que tem pessoas em vulnerabilidade social como público-alvo. Espera-se que os resultados sintetizados e sistematizados contribuam para o constante aperfeiçoamento do programa.

Referências

1. Ministério dos Direitos Humanos (BR). Plano Nacional Ruas Visíveis [internet]. Brasília (DF); 2023 [acesso em 2 abr 2024]. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/governo-federal-lanca-201cplano-ruas-visiveis-pelo-direito-ao-futuro-da-populacao-em-situacao-de-rua201d-com-investimento-de-cerca-de-r-1-bilhao/copy2_of_V3_plano_acoes_populacao_de_rua1.pdf
2. Garcia MT. É preciso comer com esperança: a população em situação de rua e o aumento da fome no Brasil. *Bis, Bol Inst Saúde*. 2023;24(1):72–80.
3. Mattos ACE, Backes V. Pelas ruas, o ecoar da fome transcende o direito à alimentação. *Rev Interdiscip Direitos Hum*. 2019;7(1):295–317.
4. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SP). Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. Produto IX. Relatório final da pesquisa amostral do perfil socioeconômico [internet]. São Paulo: 2019 [acesso em 2 abr 2024]. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf
5. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (BR). Programa Restaurante Popular [internet]. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa=-restaurante-popular&sa=D&source=docs&ust=1712108248808301&usq=A0vVaw1OG-co1Tsx6Fxm8MaS1YvX>
6. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (BR), Brasília (DF); Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome [internet]; 2023 [acesso em 2 abr 2024]. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/monitoramento-da-san/MapaSAN_2022__Anlise_Descritiva_verso_final.pdf
7. Mendes KDS, Silveira RCDCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & contexto enferm*. 2008;17(4):758–64.
8. Machado ÍE, Costa KA, Pereira SCL, Abreu MNS, Júnior SD. Estado nutricional e perfil socioeconômico e demográfico dos usuários de um restaurante popular. *Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro*. 2012;2(2):243–53.
9. Sobrinho FM, Silva YC, Abreu MNS, Pereira SCL, Dias Júnior CS. Fatores determinantes da insegurança alimentar

- e nutricional: estudo realizado em restaurantes populares de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *Ciênc saúde colet.* 2014;19(5):1601-11.
10. Assunção RCLN, Bastos PV, Silva BPL, Percegoni N, Mendes LL, Binoti ML. Perfil socioeconômico, demográfico e alimentar dos usuários do restaurante popular de Juiz de Fora, MG. *Demetra Aliment Nutr Saúde.* 2017;12(1):289-304.
11. Minuzzi SK, Alves MK, Vicenzi K, Zanette C de A. Estado nutricional e perfil sociodemográfico de usuários de restaurantes populares em Caxias do Sul. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento.* 2018;12(70):190-5.
12. Araújo FR, Araujo MAD, Batista Maia P, Silva GCB, Souza FJV. Programa restaurante popular: uma alternativa para promover o direito humano à alimentação adequada? *Emancipação.* 2016;15(1):143-54.
13. Mattos RM, Ferreira RF. Quem vocês pensam que (elas) são?: Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicol Soc.* 2004;16(2):47-58.
14. Mota JRD, Sodrê A, Santos ACD, Santos LCD, Silva TC, Voci SM. População em situação de rua: percepções sobre o direito humano à alimentação adequada e das dificuldades cotidianas em busca da comida. *Segur Aliment e Nutr.* 2024;30:e023034.
15. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (BR). Plano Brasil sem Fome [internet]. Brasília (DF); 2023 [acesso em 2 abr 2024]. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Brasil_sem_Fome/Plano/Brasil_Sem_Fome.pdf
16. Brasil, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (DF): Senado Federal; 1988.
17. Oliveira JTC, Gabriel CG, Machado ML, Réos MF, Soar C, Venske DKR. Government-Subsidized Restaurants as promoters of the realization of the Human Right to Adequate Food: Proposal of an evaluation model. *Rev Nutr.* 2019;32:e180193.
18. Brasil. Decreto no 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União.* 16 ago 2010; Seção1: 6.
19. Perinazzo SC. Cozinha social em Toledo - PR. In: RedeSan – Rede Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional. Equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional: experiências e aprendizados a partir de municípios [internet]. Brasília (DF); 2011 [acesso em 2 abr 2024]. p. 39-45. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/equipamentospublicosSANpdf.pdf&sa=D&source=docs&ust=1712247997402267&usg=AOvVaw1rfeIV1wti3EJ6C_yfSmlC
20. Burlandy L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersectorialidade no âmbito federal de governo. *Ciênc saúde colet.* 2009;14(3):851-60.
21. Miranda MAR, Avelar RC. Contribuições para o debate sobre a construção do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência de Contagem - MG. In: RedeSan – Rede Integrada Segurança Alimentar e Nutricional. Equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional: experiências e aprendizados a partir de municípios [internet]. Brasília (DF); 2011 [acesso em 10 abr 2024]. p. 63-71. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/equipamentospublicosSANpdf.pdf&sa=D&source=docs&ust=1712247997402267&usg=AOvVaw1rfeIV1wti3EJ6C_yfSmlC
22. Nunes EA, Silva L de A. Sistema único de Assistência Social e Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional: uma integração possível. In: RedeSan – Rede Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional. Equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional: experiências e aprendizados a partir de municípios [internet]. Brasília (DF); 2011 [acesso em 10 mar 2024]. p.72-77. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/equipamentospublicosSANpdf.pdf
23. Godoy K, Sávio KE de O, Akutsu R de C, Gubert MB, Botelho RBA. Food insecurity and nutritional status of individuals in a socially vulnerable situation in Brazil. *Ciênc saúde colet.* 2017;22:607-16.
24. Abep - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. Critério de classificação econômica Brasil: dados com base no levantamento sócio econômico 2008. São Paulo: Abep; 2010.
25. Abep - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. Critério de classificação econômica Brasil: dados com base no levantamento sócio econômico 2006 e 2007. São Paulo: Abep; 2009.
26. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BR). Levantamento do perfil dos usuários de restaurantes populares. *Cad Estud Desenv Soc Em Debate.* 2007;5:90-2.